São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 13, Domingo, 14 e Segunda-feira, 15 de Julho de 2024 | Edição N º 1068

datamercantil.com.br

Haddad atribui a má avaliação da economia à desinformação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira (12) que a má avaliação do desempenho da economia brasileira está atrelado à "desinformação" nas redes sociais.

"O que eu vejo na rede social é um negócio avassalador de desinformação. E isso não parte dos meios de comunicação. O que eu vejo nas redes é muito sério porque não bate com a realidade. Dizem que o desemprego está aumentando, mas o desemprego é o mais baixo da série histórica. Falam que a renda está caindo, mas há 28 anos não tínhamos um incremento como o que tivemos em 2023", disse o ministro durante sabatina no 19° Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji, em São Paulo.

"Temos uma oposição que realmente atua para minar a credibilidade das instituições, dos dados oficiais, do Estado brasileiro, e eles atuam diuturnamente nas redes sociais. Eu nunca vi um negócio desse, é uma prática protofascista mesmo, não tem outra palavra", afirmou.

Para o ministro, a desinformação é um desafio que precisa ser enfrentado. "Eu penso que nós temos um desafio comunicacional hoje, porque quando você pergunta se a pessoa está melhor do que o ano passado ou retrasado, ela diz que está. Quando você pergunta se a economia está melhor, ela diz que não necessariamente. Metade diz que está e metade diz que não está", acrescentou.

Reforma tributária

Durante a sabatina, Haddad foi questionado sobre a votação da regulamentação da reforma tributária. Para ele, a quantidade de exceções incluídas pela Câmara no texto é preocupante. "Toda exceção, de certa maneira, acaba prejudicando a reforma tributária porque a alíquota padrão vai subindo. Nós temos três formas de diminuir a alíquota, uma é não ter exceção, a segunda é combater a sonegação e a terceira é aumentar o imposto sobre a renda", explicou Haddad.

"Você manda um projeto coerente com essas três estratégias. Mas você sabe que o Brasil é um país patrimonialista. Os grupos de interesse se apossam do Estado brasileiro, desde o fim do Império é assim. O papel do poder público é ir blindando o Estado brasileiro, e a reforma tributária é um grande salto patrimonialista", afirmou.

Elaine Patricia Cruz/ABR

Economia

Preços de eletroeletrônicos recuam 5,3% em 1 ano; veja maiores quedas

Página - 03

Atividades turísticas caem 0,2% em maio ante abril e 0,7% em relação a maio de 2023, diz IBGE

Página - 03

Lucro líquido da Camil Alimentos aumenta 22,6% no 1º trimestre fiscal, para R$ 78,5 milhões

Pág - 08

Americanas (AMER3) adia grupamento de ações

Pág - 08

Política

Investigados mentiram para proteger Bolsonaro em caso das joias, diz PF

Página - 04

Seja Flávio Bolsonaro ou Janones, 'rachadinha' é crime, diz Boulos em sabatina Folha/UOL

Página - 04

No Mundo

Kremlin diz que o mundo todo percebeu as gafes de Biden

O Kremlin afirmou que "o mundo todo" prestou atenção nas gafes do presidente americano Joe Biden na noite de quinta (11), mas as minimizou como "escorregões" que ganharam dimensão exagerada "devido ao debate aquecido" da corrida eleitoral contra Donald Trump.

As frases foram ditas na manhã desta sexta (12) por Dmitri Peskov, o porta-voz de Vladimir Putin. Ele comentava especificamente o momento, ao fim da cúpula da Otan (aliança militar ocidental) em Washington, no qual Biden chamou o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, ao púlpito e o apresentou como se fosse o líder russo.

O americano até se recuperou rapidamente, dizendo que estava "obcecado em derrotar Putin", ante um Zelenski que não conteve a risada. Mas a gafe foi amplamente divulgada em redes sociais e meios de comunicação, amplificada por uma semelhante durante a entrevista coletiva dada a seguir por Biden.

Nela, o americano chamou Trump de vice-presidente, no lugar da titular da vaga, Kamala Harris, uma das candidatas naturais a assumir a vaga de Biden na disputa. A pressão para que isso aconteça está em alto nível desde que o líder fracassou em um debate com o republicano há duas semanas, demonstrando incoerência e fragilidade.

Peskov voltou a dizer que o problema é dos EUA. "Isso não é nosso tópico. É um tópico para os EUA. Deixe os eleitores americanos determinarem as chances dos candidatos", afirmou. Antes, Putin havia dito que preferia que Biden vencesse, porque ele era um político tradicional e previsível.

Igor Gielow/Folhapress

Ditadura da Venezuela reúne embaixadores para denunciar suposta intervenção eleitoral

A ditadura de Nicolás Maduro na Venezuela reuniu nesta semana representantes diplomáticos estrangeiros em Caracas para alertar sobre supostos "planos violentos e desestabilizadores" que estariam ameaçando as eleições presidenciais, marcadas para o dia 28 deste mês.

O episódio remete, em certa medida, ao encontro que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) organizou com embaixadores no Palácio da Alvorada em julho de 2022, poucos meses antes do pleito do qual saiu derrotado por Lula (PT).

O então chefe de Estado brasileiro usou a ocasião para repetir teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas, desacreditar o sistema eleitoral, promover novas ameaças golpistas e atacar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

A reunião foi denunciada por diversos agentes e, ao se tornar alvo de julgamento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), fez com que Bolsonaro fosse declarado inelegível por oito anos.

Folhapress

Hamas propõe criação de governo palestino independente após guerra contra Israel em Gaza

O Hamas propôs, durante negociações para um cessar-fogo, que um governo palestino independente administre os territórios palestinos ocupados após a guerra um ponto crítico para as duas partes do conflito nas conversas que tentam encerrar os combates na Faixa de Gaza.

"Apresentamos a proposta de que um governo apartidário, com poderes nacionais, administre Gaza e Cisjordânia depois da guerra", afirmou em um comunicado Hossam Badran, membro do gabinete político da facção, sobre as negociações que contam com a mediação de Qatar, Egito e Estados Unidos.

Oficialmente, Badran se negou a dar qualquer detalhe do que aconteceria depois da criação desse governo. "A administração de Gaza após a guerra é uma questão interna palestina que não deve sofrer nenhuma interferência externa. Não vamos falar em Gaza [após a guerra] com qualquer parte estrangeira", afirmou ele.

Um líder do Hamas, no entanto, declarou à agência de notícias AFP sob condição de anonimato que a proposta, que também sugere a celebração de eleições gerais nos territórios palestinos, foi apresentada aos mediadores.

A declaração coincide com a retomada das negociações entre Israel e Hamas e ocorre logo após o presidente dos EUA, Joe Biden, dizer que um esboço de cessar-fogo traçado por Washington havia sido aceito pelas duas partes.

"Essas são questões difíceis e complexas. Ainda há lacunas a serem preenchidas, mas estamos progredindo. A tendência é positiva. Estou determinado a fechar este acordo e pôr fim a esta guerra, que deve acabar agora", disse Biden em uma entrevista coletiva nesta quinta-feira (11).

O presidente afirmou ainda que Israel não deve ocupar o território após o fim dos combates, uma questão sensível para Tel Aviv.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*

Preços de eletroeletrônicos recuam 5,3% em 1 ano; veja maiores quedas

O Índice de Preços Fipe/Buscapé caiu pelo sexto mês consecutivo, marcando recuo de 0,20% em junho. Na base anual, o indicador marcou queda de 5,3%, a menor baixa nesta base de comparação desde abril de 2023. O resultado reforça o cenário de deflação do setor, considerando que o índice apresentou apenas cinco meses de aumento nos preços na sua série de 30 meses. O indicador monitora 47 categorias de eletroeletrônicos e mais de dois milhões de preços continuamente desde janeiro de 2022.

O pesquisador da Fipe Sergio Crispim afirma que a manutenção da tendência de queda é reflexo do panorama global do setor. "A grande escala de produção, orientada para o mercado global, os diversos lançamentos impulsionados por intensa inovação e a forte concorrência são fatores que justificam a tendência de queda em diversas categorias de produtos."

Os destaques ficam com os grupos de celulares (-11,8%), informática (-9,0%), e áudio e vídeo (-6,1%).

O superintendente-executivo da Mosaico no Banco PAN (empresa detentora das marcas Buscapé e Zoom), Francisco Donato, analisa que o varejo é um mercado competitivo e exige estratégias diversificadas, visando fidelização do público, melhores condições e custo-benefício.

O executivo diz que os dispositivos portáteis, como smartphones e tablets, são um exemplo desta corrida pela inovação. "Constantemente, os lançamentos oferecem adaptações mais convenientes para os consumidores e, com maior demanda e produção em grande escala, há o barateamento e a democratização do acesso a estes equipamentos", afirma.

Na contramão, o grupo de eletrodomésticos foi o único com aumento de preço (4,3%), puxado, principalmente, pelos aparelhos de ar-condicionado. A categoria apresentou um pico de variação anual de 25,7% e, nos últimos 6 meses terminados em junho, a variação está estabilizada em torno de 15,9%.

Isto é Dinheiro

Atividades turísticas caem 0,2% em maio ante abril e 0,7% em relação a maio de 2023, diz IBGE

O agregado especial de Atividades turísticas recuou 0,2% em maio ante abril, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segmento opera 4,6% acima do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia, e 3,0% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014.

Na comparação com maio de 2023, o volume de atividades turísticas no Brasil diminuiu 0,7% em maio de 2024, interrompendo uma sequência de 37 meses de taxas positivas consecutivas.

Regionalmente, seis dos 12 locais pesquisados tiveram retração na atividade turística em maio ante abril. O destaque foi o tombo de 32,3% no Rio Grande do Sul, em decorrência das inundações, "que danificaram os estabelecimentos de prestação de serviços, destruíram a infraestrutura das cidades e reduziram, em larga escala, a mobilidade da população".

"Em contrapartida, o show da Madonna pode ter tido impacto positivo no turismo no Rio de Janeiro", apontou Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE. O Rio de Janeiro (2,5%) e a Bahia (1,9%) tiveram os principais avanços em maio ante abril.

Isto é Dinheiro

Ministro defende inclusão de agrotóxicos e ultraprocessados no 'imposto do pecado'

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, ainda busca a inclusão dos agrotóxicos e dos alimentos ultraprocessados no imposto seletivo, também chamado de 'imposto do pecado', na regulamentação da reforma tributária. O tema ficou fora do projeto de lei de regulamentação aprovado nesta semana na Câmara dos Deputados.

"Espero que o Senado corrija algumas decisões da Câmara. Agrotóxicos e ultraprocessados têm de estar no imposto seletivo, inclusive para subsidiar o fato de não ter imposto para frutas, verduras e proteínas", defendeu Teixeira, em conversa com jornalistas.

A pasta apresentou uma série de demandas para a reforma tributária ao Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados. "Na Câmara, conseguimos um imposto maior para bebidas açucaradas. Agora, tentaremos um tributo maior no Senado para agrotóxicos perigosos e alimentos com alto processamento", disse.

Para Teixeira, são medidas necessárias do ponto de vista da saúde pública.

"O efeito do ultraprocessados e dos agrotóxicos são muito ruins para a saúde e causam doenças graves, como a obesidade, no caso dos ultraprocessados. No primeiro momento, quem venceu esse debate na Câmara foi o lobby da indústria de agrotóxicos e de ultraprocessados. Agora, o Senado tem de fazer esse debate com a sociedade", avaliou o ministro.

O Senado vai avaliar o projeto de regulamentação da tributária a partir de agosto.

Hoje, os insumos agropecuários estão sob o escopo do regime diferenciado, com alíquota reduzida em 60% ante a geral. O setor produtivo é contrário às medidas, alegando que a maior taxação dos agroquímicos inflaciona o custo de produção e que sobretaxar alimentos ultraprocessados torna inviável o acesso da população de baixa renda a estes produtos. "No mundo inteiro os ultraprocessados estão (no imposto seletivo), porque no Brasil não? Hoje a nossa tributação incentiva os ultraprocessados.

Isto é Dinheiro

Política

Investigados mentiram para proteger Bolsonaro em caso das joias, diz PF

A PF (Polícia Federal) afirmou que investigados no inquérito das joias prestaram informações falsas em depoimentos ao órgão com o objetivo de proteger o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tentar ludibriar as autoridades e ocultar os atos ilícitos atribuídos ao grupo.

A estratégia, segundo a polícia, teria sido orquestrada entre Osmar Crivelatti, assessor vinculado à segurança do ex-presidente, hoje afastado de suas funções por determinação judicial, e Marcelo Câmara, assessor especial do ex-presidente da República.

Depoimentos anteriores de ambos, de acordo com o órgão, trouxeram informações erradas sobre a localização, movimentação e destino das joias desviadas do acervo público, os chamados kits ouro branco e rosé.

Os investigados disseram, em depoimentos, que o material estaria na fazenda do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet, em Brasília, junto com os demais itens do acervo privado de Bolsonaro.

Desta forma, segundo a PF, eles poderiam trazer as joias do exterior de forma oculta, simulando uma entrega a partir da fazenda após determinação do TCU (Tribunal de Contas da União) para reaver os bens.

"Evidencia-se, claramente, que os investigados combinaram as versões a serem apresentadas às autoridades policiais, com o objetivo de tentar ocultar os atos ilícitos praticados, no caso o envio das joias ao exterior para serem negociadas e seus proventos serem revertidos, ilicitamente, ao patrimônio do ex presidente", disse a PF.

Câmara, segundo a PF, disse em depoimento que foi o responsável por receber todo o acervo privado do ex-presidente, em abril de 2023, e teria dito, "com o objetivo de embaraçar as investigações", que o material havia sido encaminhado à fazenda.

Constança Rezende/Folhapress

Seja Flávio Bolsonaro ou Janones, 'rachadinha' é crime, diz Boulos em sabatina Folha/UOL

O pré-candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL), voltou a defender seu parecer que ajudou a livrar o deputado André Janones (Avante-MG) em caso de suspeita de "rachadinha".

A afirmação foi feita nesta sexta-feira (12) durante sabatina Folha/UOL. Fabíola Cidral conduz a sabatina, com participação das jornalistas Raquel Landim, do UOL, e Carolina Linhares, repórter da Folha de S.Paulo.

"Independente de quem faça, 'rachadinha' é crime. Se for o Flávio Bolsonaro, é crime. Se for o Janones, é crime. Quem quer que seja, 'rachadinha' para mim é crime. Agora, o que eu não posso é usar dois pesos e duas medidas", disse.

O Conselho de Ética ignorou falhas e aprovou parecer de Boulos arquivando a representação contra Janones por suspeita da prática de "rachadinha". Foram 12 votos a favor e 5 contra.

"Tem uma jurisprudência que diz o seguinte: o que ocorre antes da atual legislatura, do atual mandato com o parlamentar, não pode ser julgado. O que pode ser julgado é o que ocorre neste mandato, ou um fato novo relevante neste mandato. Foi por isso que se absolveu", disse.

Diferentemente do que diz Boulos, porém, as evidências e documentos relacionados ao caso indicam que a gravação na qual Janones fala sobre a devolução de parte do salário de auxiliares ocorreu quando ele já estava de posse do mandato.

Folhapress

Sucessão de Lira pode unir partidos contra comando duplo da União Brasil no Congresso

Apontado como preferido do presidente Arthur Lira (PP-AL) para sucedê-lo na presidência da Câmara dos Deputados, o líder da União Brasil, Elmar Nascimento (BA), corre o risco de sofrer um revés na disputa pelo comando da Casa.

Antes mesmo do anúncio formal da decisão de Lira, dirigentes partidários têm afirmado, sob reserva, discordar da possibilidade de um mesmo partido presidir as duas Casas do Congresso Nacional.

Essa resistência ao nome de Elmar parte da constatação de que o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) é o favorito, entre seus pares, para presidir o Senado. E que, à frente também da Câmara, a União Brasil administraria toda a pauta legislativa e o destino de uma fatia expressiva do Orçamento do país.

Estes dirigentes alertam ainda para o ganho de excessiva força pelo partido diante das eleições de 2026.

Nos corredores da Câmara, deputados avaliam a costura de alianças para deter o empoderamento da União Brasil, caso Lira confirme em agosto, como prometido, sua predileção pelo nome de Elmar.

O alagoano não pode se reeleger, então tenta transferir seu capital político a um nome de sua escolha. Também são pré-candidatos o líder do PSD, Antonio Brito (BA), e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP). Além deles, são lembrados os líderes do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), do PP, Doutor Luizinho (RJ), e do Republicanos, Hugo Motta (PB).

Na quarta-feira (10), Elmar fez dois movimentos na tentativa de impulsionar sua candidatura. Pela manhã, reuniu-se com a cúpula do PDT, de quem recebeu indicativo de apoio do partido. Dois deputados da legenda afirmaram à reportagem, sob reserva, que se trata de um indicativo, e não da certeza do apoio. Eles dizem que a situação pode mudar se o nome escolhido por Lira for outro.

Também na tentativa de mostrar amplitude, Elmar reuniu na noite de quarta 12 ministros do governo Lula (PT) na celebração de seu aniversário, ocorrido na semana passada.

Catia Seabra e Victoria Azevedo/Folhapress

Edição impressa produzida pelo Jonal **Data Mercantil** com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade_legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Brachiosaurus 342 Participações S.A.

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição da realizada em 02/01/2024

Data, Hora e Local: Realizada no dia 02/01/2024, às 12 hs, na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 03, Vila Leopoldina, a totalidade de capital social inicial da **Brachiosaurus 342 Participações S.A.** (“Companhia”), a saber: (i) Psilon Holdings Ltda., com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 01, Vila Leopoldina, CNPJ/ME nº 53.403.139/0001-42, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE nº 35262895098, em sessão de 08/01/2024, neste ato representada por sua Diretora Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, adiante qualificada; e (ii) Vyco Holdings Ltda., com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 02, Vila Leopoldina, CNPJ/ME nº 53.400.712/0001-64, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE nº 35262893524, em sessão de 08/01/2024, neste ato representada por sua Diretora Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, RG nº 25.868.187-1 (SSP/SP), CPF/ME nº 255.747.418-57, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas, foi dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades Anônimas”). **Mesa:** Escolhida por unanimidade, assumiu a direção dos trabalhos, Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, como presidente da mesa, que optou por dirigir sozinha os trabalhos, sem necessidade de mesa composta, conforme faculta o artigo 128 da Lei das Sociedades Anônimas. **Deliberações:** 1. A aprovação da constituição da Companhia, declarando-se constituída a Companhia a partir desta data. 2. A aprovação do capital social inicial da Companhia, no montante de R$400,00, dividido em 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas neste ato e a serem integralizadas da seguinte forma: • 200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Psilon Holdings S.A., acima qualificada, pelo preço de emissão de R$ 200,00, sendo, neste ato, integralizados R$ 20,00 reais em moeda corrente nacional. O valor remanescente de R$ 180,00 serão integralizados no prazo de 36 meses, a contar desta data, nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo II da presente ata; e • 200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Vyco Holdings S.A. acima qualificada, pelo preço de emissão de R$ 200,00, sendo, neste ato, integralizados R$ 20,00 reais em moeda corrente nacional. O valor remanescente de R$ 180,00 serão integralizados no prazo de 36 meses, a contar desta data, nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo II da presente ata. 3. A aprovação da redação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como Anexo I. 4. A eleição de um único membro para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 03 anos contados da presente data, permitida a reeleição, a saber: **Beatriz de Jesus Trindade**, RG nº 46.964.913-6 SSP/SP, CPF nº 302.213.628-51, para o cargo de Diretora sem designação específica. 4.1. A Diretora sem designação específica toma posse nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, nos termos do Anexo IV a esta ata, a ser posteriormente lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura de declaração de desimpedimento, para o exercício de suas funções, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, segundo o qual declarou, sob as penas da lei, que não está impedido por lei de exercer a administração da Companhia. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. São Paulo, 02/01/2024. **Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição** - (Presidente da Mesa); **Visto da Advogada:** Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição - OAB/SP nº 363.776. **Estatuto Social Consolidado da Brachiosaurus 342 Participações Ltda.** **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração - Artigo 1º** - A **Brachiosaurus 342 Participações Ltda.** (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores(“Lei das Sociedades por Ações”). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 03, Vila Leopoldina, podendo abrir e manter filiais, escritórios, agências e/ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria. **Artigo 3º -** O objeto social consiste na participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior. A atividade acima listada, está inserida no seguinte código CNAE (IBGE) 6462-0/00 Holdings de instituições não financeiras. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, a ser integralizado em moeda corrente até 31/12/2026, é de R$400,00, representado por 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 01 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 2º -** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”. **§ 3º -** As ações da Companhia poderão ser conversíveis de uma espécie em outra, desde que mediante aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral, por decisão de 70% do capital social total e votante. **§ 4º -** O capital social poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser aumentado mediante a emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. **§ 5º -** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação a qualquer eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§ 6º -** À Companhia é permitida a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral de Acionistas - Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma da lei. A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos membros da Diretoria e, na sua ausência, por indicação dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia Geral escolher dirigir sozinho a Assembleia Geral, dispensando a necessidade de mesa composta, conforme autoriza o artigo 128 da Lei das Sociedades Anônimas, ou escolher secretário da mesa para auxiliá-lo, se entender pertinente. **§ 1º -** A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária será convocada por qualquer dos membros da Diretoria, nos termos da lei, com no mínimo 08 dias de antecedência. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. Qualquer acionista que não puder participar pessoalmente, por qualquer motivo, de uma Assembleia Geral, poderá participar por teleconferência ou videoconferência ou equipamento de comunicação similar por meio do qual todas as pessoas participantes da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal, contanto que uma cópia assinada do voto dado por tal acionista seja enviada por e-mail aos demais acionistas, imediatamente após a Assembleia Geral e a sua respectiva via original entregue dentro de 5 dias úteis após a Assembleia Geral, a fim de ser arquivada na sede da Companhia. **§ 2º -** Ressalvadas as exceções previstas em lei e salvo quando previsto outro quórum mínimo neste Estatuto Social ou em eventual acordo de acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas, não se computando votos em branco. **§ 3º -** Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de eventuais acordos de acionistas arquivado na sede da Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 7º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 01 ou mais diretores, sendo um Diretor Executivo e os demais a terem designações definidas pela Assembleia Geral, que poderão ser acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º -** Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato de até 03 anos, permitida a reeleição. **§ 2º -** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos, permanecendo com todos os poderes inerentes aos respectivos cargos. **§ 3º -** Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer membro da Diretoria, caberá à Assembleia Geral a eleição do substituto. **Artigo 8º -** As reuniões da Diretoria ocorrerão sempre que necessário. Todas as reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante aviso por escrito, contra protocolo, com antecedência mínima de 05 dias, indicando a ordem do dia e o horário em que a reunião se realizará, preferencialmente na sede da Companhia. **§ 1º -** Será dispensada a convocação de que trata o caput deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício da Diretoria. Os membros da Diretoria poderão participar e votar nas reuniões da Diretoria, ainda que não estejam fisicamente presentes nas mesmas, desde que a todos seja possibilitado participar das discussões por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico similar de comunicações por meio do qual todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal. A respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros que participaram da reunião. **§ 2º -** As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. A reunião da Diretoria será presidida por qualquer membro da Diretoria. Em caso de impasse para definir o presidente da reunião, caberá ao Diretor sem designação específica definir. **§ 3º -** As deliberações da Diretoria serão registradas em ata e lavradas em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo presidente. **§ 4º -** As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela unanimidade de votos dos Diretores. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria a administração dos negócios da Companhia, assim como a representação da Companhia, observados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. **Artigo 10 -** A Companhia poderá vir a ser administrada e representada, ainda, por procuradores, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **§ Único -** A Companhia deverá ser representada pelo Diretor sem designação específica, isoladamente, para outorga de qualquer procuração. Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão mencionar os poderes por ela conferidos, que poderão ser gerais ou específicos e o prazo de duração do mandato, que poderá ser determinado ou indeterminado. **Artigo 11 -** A representação da Companhia, de forma ativa ou passiva, em juízo ou fora dele, perante terceiros em geral e todas e quaisquer repartições e autoridade federais, estaduais ou municipais, será realizada (i) por qualquer dos Diretores, agindo isoladamente; ou (ii) por um único procurador da Companhia, agindo isoladamente, no limite dos poderes de seu mandato, observado o disposto nos §s primeiro, segundo, terceiro e quarto abaixo, bem como no § primeiro do artigo 10 acima. **§ 1º -** A representação da Companhia perante quaisquer instituições bancárias e/ou financeiras, incluindo, sem limitação, bancos, fintechs e/ou corretoras de investimento, inclusive, sem limitação, com a finalidade de abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, administrar e movimentar aplicações financeiras, tomar empréstimos ou financiamentos e/ou realizar quaisquer outras operações de crédito, bem como com a finalidade de emitir, endossar, dar aceite e descontar cheques e títulos de crédito, apenas poderá ser realizada pela Diretora sem designação específica ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 2º -** A representação da Companhia em qualquer ato que importe em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis ou móveis do estoque ou do ativo da Companhia, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 3º -** A representação da Companhia em qualquer ato que importe em alienação, doação, cessão e/ou transferência de participação societária detida pela Companhia em quaisquer sociedades ou empresas, personificadas ou não, incluindo, sem limitação, sociedades em conta de participação e joint ventures, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 4º -** A prática de qualquer ato pelos administradores e/ou procuradores da Companhia que importem em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis pela Companhia dependerá da prévia e expressa aprovação de acionistas titulares de, pelo menos, 70% do capital social da Companhia, evidenciada por qualquer meio de comunicação escrito, inclusive, sem limitação, por e-mail. **§ 5º -** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia, em casos específicos. **Artigo 12 -** A Companhia poderá prestar avais, fianças, hipotecas e quaisquer outras garantias em favor de terceiros ou em benefício de seus acionistas e administradores, desde que assinada pela Diretora da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13 -** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes previstos na legislação vigente, funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, conforme o que faculta o artigo 161, da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração de seus membros. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 14 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **§ 1º -** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º -** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º -** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **§ 4º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante a deliberação da Assembleia Geral, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido, observados os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável. **§ 5º -** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 15 -** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 16 -** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 17 -** Toda e qualquer controvérsia oriunda deste Estatuto Social ou a ele relacionada, inclusive quanto ao seu cumprimento, interpretação, existência, validade, eficácia, rescisão e execução específica, envolvendo a Companhia, acionistas e Diretores, inclusive seus sucessores a qualquer título, será proposta e solucionada no foro da Comarca de São Paulo/SP. **Artigo 18 -** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Visto da Advogada: Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição** - OAB/SP nº 363.776. Jucesp sob o NIRE nº 3530063174-9 em 06/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sobral Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 60.095.775/0001-10 – NIRE 35.300.123.620

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os acionistas da **Sobral Empreendimentos S.A.** (“Companhia”), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 26 de julho de 2024, às 10h00, em primeira convocação, excepcionalmente de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma *Microsoft Teams*, sendo certo que o link de acesso à reunião ou o boletim de voto a distância será disponibilizado por correio eletrônico aos titulares de Ações Ordinárias que enviarem solicitação para roberto.belluzzo@belluzzoadv.com.br para, em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(2)** a destinação do lucro líquido decorrente do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre: **(1)** a dissolução e liquidação da Companhia; e **(2)** outros assuntos de interesse da Companhia. Encaminhamos, anexas, as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral devem obedecer ao disposto no artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **Antônio Wadih Batah Filho** – Diretor (12, 13 e 16/07/2024)

Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/ME n° 09.474.192/0001-42 NIRE 35.300.471.385 (“Companhia”)

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

1. Data, horário e formato da Assembleia: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada sob a forma digital, em primeira e segunda convocações, no dia 01/08/2024, às 10hs e 10h30, respectivamente. **2. Local - endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os acionistas poderão participar, discutir e proferir seus votos (caso não tenham enviado boletim de voto à distância com antecedência): https://bit.ly/4cSYs3Q. **3. Documentos para cômputo da Presença dos Acionistas:** Para que os acionistas sejam considerados presentes à assembleia deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix: procuração outorgada nos termos do art. 126, §1° da Lei n° 6.404/76, caso o acionista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena de o acionista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes na legislação. **4. Cômputo do voto dos Acionistas:** A votação a distância dos acionistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada acionista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br, ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix. **5. Ordem do Dia:** (i) aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração da Companhia e das demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício social de 2023; e (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração, na forma do Artigo 7°, §1°, do Estatuto Social da Companhia. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados de que este Edital de Convocação será publicado em jornal, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os acionistas contrarrecibo. **Pedro Mansur Fidelix** Presidente do Conselho de Administração. (13, 16 e 17/07/2024)

ARGON HOLDING S.A.

CNPJ nº 29.883.498/0001-60 - NIRE 35.300.51.43.35

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convocados a comparecer na Sede da Companhia, em São Paulo - SP, na Rua Helena 260, 7º andar, sala 72, Vila Olímpia, CEP 04552-050, no dia 12/08/2024, às 10:00hs, ocasião em que se reunirão em Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) Examinar, discutir e votar as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, da investida ARGON COMERCIALIZADORA DE ENERGIAS LTDA. “Em Recuperação Judicial”, sociedade unipessoal limitada inscrita no CNPJ sob o nº 21.642.355/0001-54, com sede social na Capital do Estado de São Paulo, Rua Helena, no 260, 7º andar, Conjunto 72, CEP 04552-050, bem como autorizar a Administração da Companhia a tomar todos os atos necessários para aprovar os referidos itens; (2) Examinar, discutir e votar as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) Deliberar sobre a reeleição do Sr. Eli Elias da Silva Junior como Diretor Presidente da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, mantendo-o como único administrador da Companhia, bem como deliberar sobre a respectiva remuneração. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023 da investida Argon Comercializadora de Energias Ltda “Em Recuperação Judicial” e da Companhia encontram-se disponíveis na sede da Companhia para análise. ARGON HOLDING S.A.Eli Elias Da Silva Júnior. (12, 13 e 16/07/2024)

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de julho de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** (“Companhia”) vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 19 de julho, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência *Google Meet*, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada (“IN DREI 81”), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a alteração de endereço da matriz da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social; **(ii)** a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; **(iii)** a eleição de membro para compor a Diretoria da Companhia; **(iv)** a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e **(v)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iv) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 11 de julho de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (11, 12 e 13/07/2024)

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4523 / R$ 5,4529 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,4280 / R$ 5,4300 *
Turismo - R$ 5,4566 / R$ 5,6366
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,20%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,47%
Pontos: 128.896
Maiores altas: CSN ON (2,62%), Hypera ON (2,36%), Azul PN (2,32%)
Maiores baixas: MRV ON (-4,13%), CVC ON (-2,79%), Vamos ON (-2,56%)
S&P 500 (Nova York): 0,55%
Dow Jones (Nova York): 0,62%
Nasdaq (Nova York): 0,63%
CAC 40 (Paris): 1,27%
Dax 30 (Frankfurt): 1,15%
Financial 100 (Londres): 0,36%
Nikkei 225 (Tóquio): -2,45%
Hang Seng (Hong Kong): 2,59%
Shanghai Composite (Xangai): 0,03%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,12%
Merval (Buenos Aires): 0,93%
IPC (México): 0,97%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Rhodia Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**443.174**	1.009.360	**447.298**	1.012.325
Contas a receber	**389.450**	549.750	**392.080**	554.482
Estoques	**433.404**	726.652	**435.550**	729.922
Adiantamentos a fornecedores	**6.472**	18.524	**6.487**	18.589
Tributos a recuperar	**208.859**	357.243	**211.290**	360.048
Instrumentos financeiros	**4.686**	18.499	**4.686**	18.499
Outros ativos	**9.990**	10.015	**10.056**	10.076
Total do ativo circulante	**1.496.035**	2.690.043	**1.507.447**	2.703.941
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferido	**283.806**	241.681	**283.806**	241.674
Depósitos judiciais	**18.744**	19.740	**19.178**	20.174
Outros ativos	**49.072**	23.294	**49.130**	23.294
Investimentos	**6.373**	8.190	**86**	84
Imobilizado	**833.074**	876.915	**833.928**	877.816
Intangível	**6.127**	115.331	**6.167**	115.396
Direito de uso	**15.410**	19.734	**15.410**	19.734
Total do ativo não circulante	**1.212.606**	1.304.885	**1.207.705**	1.298.172
Total do ativo	**2.708.641**	3.994.928	**2.715.152**	4.002.113

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	**536.685**	651.892	**541.579**	657.398
Tributos a pagar	**23.032**	28.933	**23.041**	29.617
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**–**	27.343	**1**	27.346
Salários e encargos sociais	**55.702**	70.038	**55.895**	70.189
Juros sobre o capital próprio a pagar e dividendos propostos	**14.892**	26.099	**14.892**	26.099
Arrendamentos	**11.928**	12.245	**11.928**	12.245
Outros passivos	**27.054**	23.071	**27.371**	23.020
Total do passivo circulante	**669.293**	839.621	**674.707**	845.914
Não circulante				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**94.983**	117.703	**95.548**	118.221
Provisão p/ plano de pensão e saúde	**232.661**	171.174	**232.661**	171.174
Arrendamentos	**8.805**	12.614	**8.805**	12.614
Outros passivos	**367.402**	354.873	**367.934**	355.247
Total do passivo não circulante	**703.851**	656.364	**704.948**	657.256
Patrimônio líquido				
Capital social	**690.810**	1.090.761	**690.810**	1.090.761
Reserva de incentivos fiscais	**136.698**	105.450	**136.698**	105.450
Ajustes de avaliação patrimonial	**31.712**	85.702	**31.712**	85.702
Reserva de lucros	**476.277**	1.217.030	**476.277**	1.217.030
Total do patrimônio líquido	**1.335.497**	2.498.943	**1.335.497**	2.498.943
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.708.641**	3.994.928	**2.715.152**	4.002.113

Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de vendas e serviços	**3.965.430**	6.447.796	**3.990.577**	6.479.994
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(3.233.748)**	(5.009.955)	**(3.253.001)**	(5.033.428)
Lucro bruto	**731.682**	1.437.841	**737.576**	1.446.566
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	**(45.675)**	(64.200)	**(47.761)**	(66.729)
Gerais e administrativas	**(484.247)**	(534.591)	**(488.278)**	(538.129)
Equivalência patrimonial	**(211)**	1.732	**2**	(11)
Outras receitas operacionais, líquidas	**50.969**	92.078	**50.968**	92.059
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**252.518**	932.860	**252.507**	933.756
Receitas (despesas) financeiras				
Despesas financeiras	**(131.128)**	(133.682)	**(131.210)**	(133.992)
Receitas financeiras	**153.926**	156.765	**154.156**	156.984
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**275.316**	955.943	**275.453**	956.748
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(67.938)**	(353.032)	**(67.938)**	(353.701)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.562)**	88.622	**(2.699)**	88.486
Lucro líquido do exercício	**204.816**	691.533	**204.816**	691.533
Lucro atribuível a:				
Ações no final do exercício (em milhares)	**1.778.001**	1.778.003	**1.778.001**	1.778.003
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício	**0,12**	0,39	**0,12**	0,39

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.090.761	64.867	79.085	–	657.599	1.892.312
Constituição da reserva legal 2017 a 2021	–	–	–	85.118	(85.118)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	691.533	691.533
Constituição de reserva legal do exercício	–	–	–	34.577	(34.577)	–
Reserva de incentivo fiscal	–	–	26.365	–	(26.365)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(105.737)	(105.737)
Valor de mercado de ativos financeiros	–	12.071	–	–	–	12.071
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	–	9.004	–	–	–	9.004
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ZAMIN	–	(13)	–	–	–	(13)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	–	(21)	–	–	–	(21)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da SOLVAY PEROXIDES	–	(206)	–	–	–	(206)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.090.761	85.702	105.450	119.695	1.097.335	2.498.943
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**204.816**	**204.816**
Cisão QSSB	**(399.951)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(399.951)**
Baixa movimento junho Cisão QSSB	**–**	**–**	**–**	**–**	**29.803**	**29.803**
Transferência de reserva legal do período	**–**	**–**	**–**	**10.241**	**(10.241)**	**–**
Reserva de incentivo fiscal	**–**	**–**	**31.248**	**–**	**(31.248)**	**–**
Dividendos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(840.000)**	**(840.000)**
Juros sobre capital próprio	**–**	**–**	**–**	**–**	**(104.124)**	**(104.124)**
Valor de mercado de ações	**–**	**(12.356)**	**–**	**–**		**(12.356)**
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	**–**	**(34.335)**	**–**	**–**	**–**	**(34.335)**
Baixa de avaliação patrimonial da ZAMIN	**–**	**(31.392)**	**–**	**–**	**–**	**(31.392)**
Baixa de avaliação patrimonial da ALAVER	**–**	**24.610**	**–**	**–**	**–**	**24.610**
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da SOLVAY PEROXIDES	**–**	**(517)**	**–**	**–**	**–**	**(517)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**690.810**	**31.712**	**136.698**	**129.936**	**346.341**	**1.335.497**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**204.816**	691.533	**204.816**	691.533
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado:				
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	**(34.335)**	9.004	**(34.335)**	9.004
	(34.335)	9.004	**(34.335)**	9.004
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado:				
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros derivativos	**(12.356)**	12.071	**(12.356)**	12.071
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ZAMIN	**–**	(13)	**–**	(13)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	**–**	(21)	**–**	(21)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da SOLVAY PEROXIDES	**(517)**	(206)	**(517)**	(206)
Outros resultados abrangentes	**(12.873)**	11.831	**(12.873)**	11.831
Resultado abrangente total do exercício	**157.608**	712.368	**157.608**	712.368

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**275.316**	955.943	**275.453**	956.748
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa nas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	**211**	(1.732)	**(2)**	11
Depreciações e amortizações	**122.470**	76.645	**122.669**	76.742
Baixa de bens dos ativos imobilizado e intangível	**(630)**	44.062	**(630)**	44.063
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	**1.549**	1.119	**1.549**	1.119
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	**180**	645	**180**	645
Provisão (reversão) para remediações ambientais e despesas de reestruturação	**40.700**	47.511	**40.700**	47.511
Provisão (reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e plano de pensão	**(2.535)**	(13.675)	**(2.487)**	(14.008)
Atualizações monetárias e variações cambiais não realizadas	**70.075**	23.703	**70.076**	23.086
Encargos financeiros sobre arrendamentos	**2.591**	2.661	**2.591**	2.661
Ajuste a valor presente	**(6.534)**	19.056	**(6.534)**	19.056
Redução (aumento) nas contas dos ativos e passivos:				
Contas a receber	**161.724**	234.918	**163.825**	233.633
Estoques	**180.618**	22.391	**181.742**	20.500
Adiantamentos a fornecedores	**12.052**	(7.022)	**12.102**	(7.006)
Tributos a recuperar	**122.975**	369.541	**123.205**	368.558
Depósitos judiciais	**996**	15.153	**996**	15.153
Outros ativos	**(34.983)**	(898)	**(35.042)**	(226)
Fornecedores	**(112.316)**	(334.609)	**(112.929)**	(338.756)
Tributos a pagar	**(5.901)**	15.162	**(5.955)**	15.242
Salários e encargos sociais	**(3.212)**	5.750	**(3.170)**	5.804
Outros passivos	**(2.117)**	(22.550)	**(1.756)**	(19.512)
Remediações ambientais e outras provisões pagas	**(77.181)**	(93.541)	**(77.180)**	(93.541)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(95.281)**	(432.826)	**(95.904)**	(433.200)
Caixa líquido gerado p/ atividades operacionais	**650.767**	927.407	**653.499**	924.283
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa oriundo da Cisão Projeto PO2	**(55.901)**	–	**(55.901)**	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	**(192.468)**	(189.657)	**(192.596)**	(189.942)
Aquisições de bens do ativo intangível	**(140)**	(3.033)	**(140)**	(3.031)
Aumentos de capital e/ou novos investimentos	**1.446**	(900)	**–**	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(247.063)**	(193.590)	**(248.637)**	(192.973)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e arrendamentos	**(14.559)**	(10.752)	**(14.558)**	(10.752)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	**(955.331)**	(91.642)	**(955.331)**	(91.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(969.890)**	(102.394)	**(969.889)**	(102.394)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(566.186)**	631.423	**(565.027)**	628.916
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.009.360**	377.937	**1.012.325**	383.409
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**443.174**	1.009.360	**447.298**	1.012.325

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando especificamente indicado)

1. Contexto operacional – A Rhodia Brasil S.A. ("Rhodia Brasil" ou "Sociedade") com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, bloco B, 1º andar, em São Paulo-SP, tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e a exportação de resinas; substâncias para conservar produtos alimentícios; produtos químicos; fertilizantes; celulose e cortiça; matérias tintoriais e preservativos contra oxidação e deterioração; produtos e instrumentos de limpeza e higiene doméstica, humana e veterinária; produtos de perfumaria; graxas, óleos, lubrificantes, combustíveis em geral; medicamentos de uso humano e veterinário; produtos para tratamento odontológico, substâncias destinadas à defesa e à proteção da saúde; materiais para construção e pavimentação; fios e fibras sintéticas e artificiais e de materiais têxteis fibrosos em geral; a distribuição de produtos nacionais ou importados; a construção e operação de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente e a participação em quaisquer sociedades, como sócia ou acionista. Cisão parcial da controlada Rhodia Brasil S.A.: Em 30 de junho de 2023, foi aprovada e efetuada Cisão parcial da controlada Rhodia Brasil S.A., seguida da Incorporação do Acervo Cindido pela Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

	R$
ATIVO	
Caixa	55.901
Estoques	112.450
Imposto a recuperar	1.469
Adiantamento a fornecedor	705
Imobilizado	130.506
Intangível	104.672
Outros ativos	2.731
TOTAL ATIVOS	408.434
PASSIVO	
Salários e encargos	11.124
Provisão de plano de pensão e saúde	4.175
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.635
Outros passivos	2.352
Capital social	370.148
TOTAL PASSIVOS	408.434

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 26/06/2024. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes para 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e suas controladas. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Sociedade ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição conforme aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e abrangem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas demonstradas no quadro a seguir:

	Percentual de participação	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Descrição	**Direta**	
Solvay Peroxides America Central Sociedad Anonima	–	100,00%
Rhodia Poliamida Brasil S.A.	–	100,00%

Durante o exercício de 2023 houve a baixa de investimento das empresas Zamin Company S.A., Alaver S.A. e Química e Soluções Sustentaveis do Brasil em 100%. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda de apresentação. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge":** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de "hedge" nos casos de adoção da contabilidade de "hedge" ("hedge accounting"). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por "hedge". A Sociedade adota a contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e designa certos derivativos como: • "Hedge" de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável ("hedge" de fluxo de caixa). A Sociedade documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens protegidos por "hedge", assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de "hedge". A Sociedade também documenta sua avaliação, tanto no início do "hedge" como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por "hedge". a) "Hedge" de fluxo de caixa": A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou a perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma conta da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Quando um instrumento de "hedge" prescreve ou é vendido, ou quando um "hedge" não atende mais aos critérios de contabilização de "hedge", todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Resultado financeiro". **2.7. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de cliente são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perda de crédito esperada ("PPCE" ou "impairment"). A provisão para perda de crédito esperada é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber decorrentes de títulos a receber, considerando os riscos envolvidos. **2.8. Tributos a recuperar:** Composto pelos créditos fiscais gerados nas operações mercantis da Sociedade. A recuperação vem sendo realizada no curso normal de suas atividades. Os créditos fiscais de ICMS oriundos da aquisição de ativo imobilizado são avaliados pelo seu valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa que inflaciona o objeto de compensação dos créditos. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 acompanha a remuneração do CDI. **2.9. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado, basicamente, da seguinte forma: • Matérias-primas – ao custo médio ponderado de aquisição. • Produtos acabados e em elaboração – estes estoques estão valorizados ao custo real de produção, sendo que nestes custos estão inclusos os custos de matérias-primas, de mão de obra direta e os diretos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal), excluindo os de empréstimos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os produtos obsoletos ou de movimentação lenta estão reduzidos ao valor de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, líquido dos impostos incidentes, no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. **2.13. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12.

	Anos de vida útil estimada em anos
Edificações e benfeitorias	20
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	4
Móveis, utensílios e equipamentos de escritório	13

2.17. Passivos financeiros: 2.17.1. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". 2.17.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Os outros passivos financeiros ao custo amortizado (incluindo empréstimos e financiamentos e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e outros valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.19. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.22. Reconhecimento da receita:** A Sociedade reconhece receitas quando satisfaz a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Diretoria

Leandro Augusto Davanço

Contador - CRC 1SP 174.421/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Rhodia Brasil S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rhodia Brasil S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 26 de junho de 2024.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP 015.199/F

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora
CRC SC 025.678/O

Publicidade Legal

Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A.

CNPJ/MF nº 12.244.251/0001-09

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**17.784**	23.648
Contas a receber	**2.180**	868
Tributos a recuperar	**4.057**	3.887
Outros ativos	**310**	117
Total do ativo circulante	**24.331**	28.520
Não circulante		
Tributos a recuperar	**683**	414
Depósitos judiciais	**43**	43
Imposto de renda e contribuição social diferido	**7.289**	7.265
Imobilizado	**68.808**	74.809
Intangível	**4.830**	2.465
Total do ativo não circulante	**81.653**	84.996
Total do ativo	**105.984**	113.516

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	**1.720**	1.116
Empréstimos e financiamentos	**10.176**	10.106
Obrigações tributárias	**118**	195
Outros passivos	**170**	239
Total do passivo circulante	**12.184**	11.656
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	**20.994**	30.762
Outras obrigações	**93**	111
Total do passivo não circulante	**21.087**	30.873
Patrimônio líquido		
Capital social	**220.503**	220.503
Prejuízos acumulados	**(147.790)**	(149.516)
Total do patrimônio líquido	**72.713**	70.987
Total do passivo e patrimônio líquido	**105.984**	113.516

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais – A Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, porém não listada no IBOVESPA, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Fazenda Paraíso, km 7,5 em Brotas-SP e tem por objeto: (a) cogeração de energia elétrica utilizando biomassa; (b) o fornecimento de energia elétrica e vapor; (c) o gerenciamento de unidades industriais e cogeração de energia elétrica; (d) a prestação de serviços relacionados à geração e otimização de eficiência energética; e (e) a realização de outras atividades relacionadas ao seu objeto principal. Desde a sua constituição, em 17 de junho de 2010, a Companhia vinha apurando prejuízos operacionais. Inicialmente, esses prejuízos foram ocasionados devido ao estágio inicial da Companhia, que entrou em operação em agosto de 2012. Mais recentemente, a Companhia ainda incorreu em prejuízos e margem bruta negativa em suas operações decorrentes do maior consumo de biomassa, já a partir de 2018 teve uma melhora na operação decorrente principalmente de mudança no formato de operação, consequência de acordo de Operação e Manutenção (O&M) com a Raízen. Em 5 de abril de 2017, foi aprovado em assembleia geral o plano de recuperação judicial da Tonon Bioenergia, razão social da usina Paraíso, principal fornecedora de bagaço de cana (matéria-prima) da Companhia. A aprovação marcou um importante passo para o desenrolar do processo de recuperação judicial da Tonon que vinha se estendendo desde dezembro de 2015, quando a empresa entrou com o pedido de recuperação judicial. A Raízen Energia, "joint venture" da Cosan e da Shell, aceitou as condições impostas pelos credores da Tonon Bioenergia e fez a aquisição da operação gerada pela usina Paraíso em julho de 2017, tal aquisição foi concluída em setembro de 2017. Em março de 2018 foi concluído o acordo de Operação e Manutenção (O&M) entre a Companhia e a Raízen com vigência até março de 2032. Esse novo negócio tem contribuído para diminuir o custo operacional de manutenção, bem como, garantir a entrega da biomassa por parte da Raízen melhorando o resultado das vendas e custos operacionais. Nessa mesma data, foi realizada a transferências dos empregados da Companhia para a Raízen e dessa forma está cobrando da Companhia os custos dessa operação e manutenção. Em agosto de 2018 foi constituído um consórcio com a parte relacionada Rhodia Poliamida Especialidades S.A. ("Rhodia Poliamida") que tem como objetivo o compartilhamento de energia gerada pela Companhia, visando o benefício na transmissão e encargos por ser uma energia limpa por parte da Rhodia Poliamida e o compartilhamento dos custos e a eliminação da necessidade de garantia física por parte da Companhia, visto o baixo histórico de produção dos anos anteriores. O consórcio tem data de vigência em 2032. Em 1º de maio de 2020, a Rhodia Poliamida foi incorporada à Rhodia Brasil S.A. ("Rhodia Brasil"), devido a isso o contrato vigente passou a ser de responsabilidade da Rhodia Brasil. A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 29 de maio de 2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigente para 31 de dezembro de 2023. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, portanto, o real (R$) é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperadas ("PCE" ou "impairment"). A provisão para perdas de créditos esperadas é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber decorrentes de títulos a receber, considerando os riscos envolvidos. **2.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações, instalações gerais e infraestrutura – 30 anos. • Benfeitorias em terrenos – 20 anos. • Máquinas e equipamentos industriais – em média 14 anos. • Móveis, equipamentos de escritório e de informática – 3-10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.6. Intangível:** A Companhia possui direitos de linha de transmissão e software como ativos intangíveis e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • Direitos de linha de transmissão – 15 anos. • Software, pesquisa e desenvolvimento – 5 anos. **2.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco ou da parte relacionada, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são reconhecidos em despesas financeiras na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor de transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos e os passivos, pelos valores conhecidos ou calculáveis, também acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **2.10. Reconhecimento da receita:** As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas atividades de cogeração de energia elétrica. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrito a seguir: a) Venda de energia elétrica: A energia elétrica produzida pela Companhia é disponibilizada na rede de distribuição da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, distribuidora ligada fisicamente à Companhia, e liquidada financeiramente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entidade específica para esse fim. A receita é reconhecida mediante a disponibilização da energia na rede e o conhecimento razoável do valor da receita correspondente. A Companhia recebeu a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para transmitir energia diretamente ao consumidor final em 10 de maio de 2013. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base na lei tributária promulgada ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias que surgem entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos derivados de prejuízos fiscais ou diferenças temporárias são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais ou diferenças temporárias podem ser usados.

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	**22.835**	20.807
Custo da energia vendida	**(24.396)**	(23.659)
Prejuízo bruto	**(1.561)**	(2.852)
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(797)**	(658)
Outras receitas operacionais, líquidas	**6.778**	5.353
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**4.420**	1.843
Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	**1.906**	2.815
Despesas financeiras	**(4.387)**	(4.729)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.939**	(71)
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(237)**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24**	(9.210)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.726**	(9.281)

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.726**	(9.281)
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultado abrangente total do exercício	**1.726**	(9.281)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	220.503	(140.235)	80.268
Prejuízo do exercício	–	(9.281)	(9.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220.503	(149.516)	70.987
Lucro líquido do exercício	**–**	**1.726**	**1.726**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**220.503**	**(147.790)**	**72.713**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais – R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.726**	(9.281)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o Caixa nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	**12.299**	12.717
Juros sobre empréstimos e partes relacionadas	**2.978**	3.629
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferido	**(24)**	9.210
Ajuste a valor presente	**61**	63
	17.040	16.338
Redução (aumento) nas contas dos ativos:		
Contas a receber	**(1.312)**	140
Tributos a recuperar	**(499)**	(2.264)
Depósitos judiciais	**–**	(4)
Outros ativos	**193**	115
Aumento (redução) nas contas dos passivos:		
Fornecedores	**604**	61
Tributos a pagar	**(78)**	66
Outros passivos	**(87)**	(141)
Caixa gerado pelas operações	**15.475**	14.311
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(2.641)**	(3.320)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.834**	10.991
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	**(8.663)**	(7.654)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(8.663)**	(7.654)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	**(10.035)**	(9.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(10.035)**	(9.930)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.864)**	(6.593)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**23.648**	30.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**17.784**	23.648

A Diretoria

Leandro Augusto Davanço – Contador CRC 1SP 174.421/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A.
Brotas-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa 14.b, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de imposto de renda diferido ativo, líquido de provisão de perda do valor recuperável, no montante de R$7.289 mil (R$7.265 mil em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante, no balanço patrimonial. As projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela administração e apresentadas para nossas análises não suportam a realização desses créditos tributários diferidos, conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda diferido ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior, no montante de R$7.289 mil (R$7.265 mil em 31 de dezembro de 2022); e o lucro líquido do exercício findo naquela data está apresentado a maior em R$24 mil (prejuízo do exercício apresentado a menor em R$7.265 mil em 2022). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Curitiba, 29 de maio de 2024.

EY **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.** CRC-SC 025.678/O

Ana Andréa Iten de Alcantara Contadora CRC-SP 015.199/O

Diálogo Engenharia e Construção S.A.

CNPJ/ME nº 57.132.417/0001-25 – NIRE 35.300.559.878

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27/05/2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente – Guilherme Sallum Nahas e Secretário Alexandre Sallum Nahas. **Deliberações aprovadas por unanimidade:** (i) O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) Aprovar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício encerrado em 31/12/2023 no montante total de R$385.403.255,78, da seguinte forma: a. o montante de R$13.243.558,95, no limite de 5% no lucro líquido do exercício, será destinado à formação da reserva legal; b. o montante de R$93.039.924,21, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, será distribuído aos acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios; c. o montante de R$279.119.772,62, será distribuído aos acionistas a título de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios. Foi autorizada a lavratura desta ata na forma sumária. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Conselho de administração: Edgard Karnick Nahas, Guilherme Sallum Nahas, Silvana Gubeisse Sallum Nahas, Alexandre Sallum Nahas, Carlos Pinto Del Mar e Vivian Karnick Nahas. São Paulo, 27/05/2024. Mesa: Guilherme Sallum Nahas – Presidente; Alexandre Sallum Nahas – Secretário. JUCESP – Registro sob o nº 226.563/24-8 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Após comemorar carne na cesta básica, Haddad diz que foi 'parcialmente derrotado'

Após comemorar comemorar com a primeira-dama, Janja, a inclusão da carne na cesta básica nacional, que zerou o imposto sobre o produto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira (12) que a decisão dos deputados na votação da reforma tributária foi uma derrota.

O ministro defendia a adoção de um cashback como alternativa para a carne não isenta. Nessa proposta, o dinheiro seria devolvido para os inscritos no Cadastro Único. Da maneira como foi aprovada, a medida vai beneficiar as classes mais altas, que mais consomem carne, além dos grandes restaurantes.

"Toda exceção, de certa maneira, acaba prejudicando a reforma tributária, porque a alíquota padrão vai subindo", disse Haddad, que participou de uma sabatina na ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), em São Paulo, durante o 19º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo. Haddad foi entrevistado pelas jornalistas Miriam Leitão (GloboNews e O Globo), Basilia Rodrigues (CNN) e Nathalia Freut (SBT).

"O cashback era uma alternativa boa, ao invés de zerar o imposto da carne", afirmou. "Mas o ministro da Fazenda ou é derrotado ou ele é parcialmente derrotado. Não existe alternativa de o ministro da Fazenda ganhar", disse. O PT e o PL se uniram na Câmara para votar pela inclusão da carne na cesta básica nacional. Daniele Madureira/Folhapress

Negócios

Lucro líquido da Camil Alimentos aumenta 22,6% no 1º trimestre fiscal, para R$ 78,5 milhões

A Camil Alimentos obteve lucro líquido de R$ 78,5 milhões no primeiro trimestre do ano fiscal 2024, encerrado em maio, informou a empresa nesta quinta-feira (11), depois do fechamento do mercado. O resultado representa alta de 22,6% ante igual período do ano passado, quando a empresa registrou lucro de R$ 64 milhões. A companhia atua em arroz, feijão, café, açúcar, massas, pescados e biscoitos.

Já a receita líquida cresceu 9,3% na mesma comparação, de R$ 2,654 bilhões para R$ 2,897 bilhões. No segmento alimentício Brasil, a receita subiu 9,9%, para R$ 2,188 bilhões. O segmento alimentício internacional teve receita líquida de R$ 712 milhões no primeiro trimestre fiscal, 7,3% maior na comparação anual.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 28,2%, de R$ 198,5 milhões para R$ 254,5 milhões. Já a margem Ebitda subiu 1,3 ponto porcentual, para 8,8%.

A alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) terminou o primeiro trimestre fiscal de 2024 em 3,3 vezes, ante 3,5 vezes em igual período do ano fiscal anterior. No período, a companhia investiu (Capex) R$ 62,9 milhões, 34,1% a menos do que no primeiro trimestre fiscal de 2023.

Comercialização

A Camil comercializou no primeiro trimestre fiscal de 2024, encerrado em maio, volume total de produtos 4,6% inferior ao de igual período do ano passado. Foram 522,7 mil toneladas contra 547,9 mil toneladas do primeiro trimestre fiscal de 2023. A queda foi puxada sobretudo pelo recuo de 17,5% no volume comercializado no segmento internacional, de 135,1 mil toneladas. Isto é Dinheiro

Nubank (ROXO34) encerra serviço em 2024; veja qual

O Nubank (ROXO34) anunciou o término da sua parceria com a Rappi Pro, antes chamada de Rappi Prime.

Até então, quem tinha um cartão Nubank Ultravioleta tinha acesso a assinatura gratuita do clube de descontos do Rappi.

Contudo, essa cortesia será encerrada ao fim do ano de 2024. Desta forma, a partir de janeiro do ano que vem, quem tem ultravioleta perderá a gratuidade do Rappi Pro.

O benefício dá ao consumidor descontos em vários estabelecimentos, entregas gratuitas e outras vantagens.

Quem decidir seguir com o serviço sem essa gratuidade será cobrado em R$ 34,90 mensais.

Para que o usuários não seja cobrado, é necessário entrar no aplicativo do Rappi e clicar em "Cancelar sua assinatura" até o fim deste ano.

Até lá, vale destacar, o serviço segue sendo gratuito.

Como funciona o cartão Ultravioleta do Nubank

O cartão Ultravioleta é o produto do Nubank para clientes de alta renda. O cartão possui uma mensalidade de R$ 49. Contudo, quem gasta R$ 5 mil ou mais na fatura do cartão de crédito fica isenso desse valor.

Além disso, quem possui no mínimo R$ 50 mil investidos na plataforma da fintech também fica isento dessa cobrança.

Recentemente o Nubank passou a mirar mais o nicho de alta renda, aumentando o leque de produtos do Ultravioleta – incluindo a conta global. Eduardo Vargas/Suno

Americanas (AMER3) adia grupamento de ações

Nesta quinta-feira (11), a Americanas (AMER3) informou que a homologação do seu aumento de capital deve ser concluída no dia 25 de julho. Contudo, o grupamento de ações, que ocorreria no dia 17, foi adiado.

Com isso, o grupamento de ações da Americanas fica sem cronograma por enquanto. A varejista ainda vai informar a nova data da efetivação do grupamento e também do bônus de subscrição.

O grupamento será feito na proporção de 100 para 1. Ou seja, cada 100 ações AMER3 vão se unir para formar um novo papel, sendo que o preço também será multiplicado pelo mesmo fator.

O movimento é feito com o objetivo de reduzir a volatilidade das ações da Americanas e tirar o ativo da condição de "penny stock", nome dado às ações negociadas abaixo de R$ 1.

Além do grupamento de ações, a Americanas passará também por um aumento de capital, que já havia sido aprovado em maio, durante assembleia de acionistas.

O aumento será de até R$ 40,7 bilhões, sendo que Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, acionistas de referência da empresa, se comprometeram a injetar pelo menos R$ 12 bilhões.

A expectativa é que o trio fique com 49,2% da companhia após o aumento de capital da Americanas. Já os demais acionistas ficarão com 3,2%.

Ex-diretor da Americanas (AMER3) diz que tentou barrar fraude bilionária na empresa

Em delação à Polícia Federal (PF), Marcelo da Silva Nunes, ex-diretor financeiro da Americanas (AMER3), afirma que tentou reduzir fraudes na empresa em 2020, mas que a inciativa foi barrada para não prejudicar a imagem da empresa.

Tanto Nunes quanto a ex-chefe da controladoria da B2W, Flávia Pereira Carneiro Mota, estão colaborando com as investigações feitas pela Polícia Federal sobre a fraude na Americanas.

De acordo com os ex-funcionários da empresa, as fraudes ocorriam tendo como objetivo manter a imagem positiva da empresa e garantir bônus aos executivos.

Guilherme Serrano/Suno